

NEOLIBERALISMO E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONTEMPORANEIDADE

GIULIA SPECHT BITENCOURT¹; CLÁUDIA PASSOS BERGMANN²; CAROLINE TERRA DE OLIVEIRA³

¹FAE –UFPEL – giuliabitencourt@gmail.com

²FAE – UFPEL – cspassos.35@gmail.com

³FAE – UFPEL – caroline.terraoliveira@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

É notório que a degradação ambiental, possui fortes traços históricos, fato este que não pode ser negado muito menos encoberto pelas instituições responsáveis pela formação de cidadãos críticos, sendo assim através da Lei 9.795/99 delineou-se uma nova concepção de Educação Ambiental (EA), de forma coletiva, grupos de estudos, movimentos sociais, criando assim inúmeras ações educativas, que passaram a ocorrer em diferentes espaços, até mesmo nas escolas públicas.

Impossível falar em EA e não remeter tal feito ao ambiente escolar, considerado como um processo educativo que tem a necessidade de ser realizado pela escola, sendo esta a responsável pela formação de indivíduos críticos que busquem a construção de uma sociedade ecologicamente correta e socialmente justa.

Sendo assim, é imprescindível que seja repensado as estratégias emergenciais de um novo plano de sustentabilidade através de discussões e reflexões acerca dos conhecimentos e saberes ambientais, desta forma faz-se necessário cercar-se dos diversos modos de ensinos: formais, não formais e midiáticos que constituem um papel primordial na formação de seres capazes de transformar a realidade.

A Educação assume um papel de instrumento de justiça social, realizada através da defesa de uma prática educacional que descontine as diferentes classes sociais; Portanto é fundamental, que se supere a duplicitade existente entre a formação de um “homo sapiens x homo faber” (MÉSZAROS, 2005), identificado por um ensino diferenciado segundo as categorias sociais responsáveis pela formação de uma classe orientada a pensar e por outro lado, uma outra classe a praticar tarefas sem questionar, colaborando para uma dominação capitalista.

Nesse panorama buscou-se, nesse trabalho, propor uma discussão reflexiva sobre o neoliberalismo e os possíveis desafios que se apresentam na missão da Educação Ambiental, apresentando a problemática embasada em teóricos da área para fomentar e contribuir com os debates sobre esse tema tão pertinente na atualidade.

2. METODOLOGIA

O presente estudo adotou como metodologia a revisão bibliográfica para uma análise crítica, meticulosa e ampla das publicações correntes na área da Educação Ambiental. Procurou-se por meio deste método, explicar e discutir o assunto, embasado em referenciais teóricos. Não adotamos como objetivo fazer apenas uma repetição do que já foi dito e escrito sobre o neoliberalismo e os

desafios da educação ambiental, mas sim examinar o tema sob um enfoque que permitisse a reflexão crítica e possíveis conclusões inovadoras. Segundo (GIL 2004), a revisão de literatura é descrita como sendo uma ação sobre material já produzido.

Associado ao método, contou-se com a análise documental que constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.(LUDKE E ANDRÉ, 1986).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com ANDERSON (1995), “o neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”. Segundo DOMINGUES (2011) “o neoliberalismo torna-se uma ideologia dominante em todo o mundo e procura responder à crise do capitalismo interligando as economias crescentes das nações industrializadas por meio do comércio e das novas tecnologias”.

A Educação Ambiental surgiu e evoluiu ao longo dos últimos anos, como resposta da educação para ajudar na resolução dos novos desafios colocados pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas.

A situação atual traz questionamentos como o de DOMINGUES (2011) “quais são os limites do crescimento e até quando o planeta suportará a subjugação que sofre pelo homem, alienado em função dos interesses materiais, alimentados pela lógica de mercado e políticas neoliberais?”.

Em um tempo e espaço marcado pelo abuso do poder, pela destruição e extinção do ecossistema, espera-se que a família e a escola tornem-se os pilares para a conservação e preservação do meio ambiente. Para WERTHEIN (apud MOTTA 1997, p. 37), “primeiro a educação é para todos; segundo, o indivíduo deve exigir que o eduquem; terceiro, a sociedade deve exigir que o indivíduo seja educado”.

A atual situação ambiental tornou-se um desequilíbrio gerado pelo estilo de vida que vivemos em uma sociedade moderna, tecnológica e capitalista, resultante do tipo de desenvolvimento econômico e racional envolvido. Assim, nota-se a necessidade de repensar nosso estilo de vida, mais econômico, ético, holístico que respeita as diversidades biológicas e culturais.

Quando refletimos sobre a rapidez com que a sociedade está sofrendo transformações e se desenvolvendo na contemporaneidade, é impossível negligenciar os problemas de diversos tipos que imergem as organizações sociais. Tudo se relaciona aos atuais modelos de vida, aos valores distorcidos adotados pela população, que acabam resultando em pobreza, miséria e degradação. Nesse sentido, a educação sofre diretamente as consequências.

Se tratando da Educação Escolar, é relevante salientar que várias modificações e reorganizações aconteceram desde os primórdios. Essas reformulações abrangeram diversos fatores: sociais, políticos, econômicos e religiosos.

Quando tratamos da Educação Ambiental, sabemos que a mesma é implantada como temática transversal no ensino formal. Consta na lei 9795/99 que deve estar presente no ensino público e privado e abranger a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Superior, Educação Especial, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos. O fato de ser

tratada como tema transversal significa que a mesma não deve ser uma disciplina específica dos currículos (NUNES, 1984).

A educação ambiental impõe, sobretudo, como condição prévia, uma mudança da educação. De acordo com SORRENTINO (2004) é preciso resgatar e construir um conjunto de ações e reflexões que propicie atitudes compromissadas com outro paradigma de sociedade e organização social, apontado para a importância do sentido de pertencimento, participação e responsabilidade.

Neste sentido, CAPRA (1985) relata que somos todos uma parte da teia imensurável e inseparável das relações. Para ele, é nossa responsabilidade perceber as possibilidades do amanhã, pois antes de tudo somos únicos responsáveis por nossas descobertas, nossas palavras, nossas ações, e os reflexos das mesmas no universo que estamos inseridos.

A ação educativa ambiental justifica-se, então, pela necessidade de formar um homem, capaz de viver em harmonia com a natureza e consigo mesmo. Quando todos se sentirem partes integrantes da natureza, entendendo que tudo está conectado, homem e meio ambiente, acredita-se que este faça uso dos bens naturais de forma mais consciente e cuidando os impactos negativos sobre o meio ambiente.

4. CONCLUSÕES

Muitas injustiças ambientais e sociais vêm crescendo devido as transformações do capital, atualmente. A justificativa é feita com base em um discurso neoliberal que trata essas mudanças como naturais das quais não se pode escapar. Perante a isso, compreendemos que a EA em sua criticidade decepciona como uma alternativa a essa declaração determinista, visto que objetiva contestar esse modelo de desenvolvimento em prol de sua transformação para formas mais justas de produção da vida material e social.

Perante os processos de injustiças sociais e ambientais, é importante assumer a perspectiva da Educação Ambiental Crítica, como posicionamento político e ideológico capaz de fazer frente aos desafios impostos pela questão Ambiental. No entanto, alguns desafios vêm sido apontado por alguns autores, que relatam dificuldades diante ao desenvolvimento da Educação Ambiental, de forma prática, em sua criticidade. Por mais que os educadores tenham no bojo de seus projetos os preceitos de uma EA crítica, estes terminam por desenvolver práticas conservacionistas ou pragmáticas em função da força dos discursos hegemônicos.

Além disso, ocorre a apropriação do capital privado sobre as escolas públicas, o que restringe o desenvolvimento de ações críticas de EA, além do cerceamento do exercício dos professores por meio das imposições curriculares, da competição por verba pública entre as escolas e das avaliações nacionais de desempenho.

O discurso científico e tecnológico nas ações de Educação Ambiental pode induzir que as atividades sejam desenvolvidas em caráter mais técnico do que sociais. Na contemporaneidade contamos com discurso híbridos. Tratando-se da EA, de forma mais específica, significa que os preceitos de perspectivas críticas, conservacionistas e pragmáticas podem estar hibridizados nas falas e ações dos atores sociais, e essa hibridização pode resultar em possibilidades de mudanças no campo. Assim, urge identificarmos as formas e espaços de resistência, onde se possilite desenvolver ações de EA, para fomentá-los e ampliá-los, ao invés de que se continue a apontar as ações de EA consideradas “não tão críticas”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo.** In: SADER, E. e GENTILI, P. **Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- CAPRA, F. **O Ponto de Mutação.** São Paulo: Cultrix, 1985. p.49-91.
- DOMINGUES, E; SOUZA, J. **NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: possibilidades e desafios no mundo globalizado.** Sergipe: V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, 2011.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. Ed. São Paulo: atlas, 2004.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, epu, 1986.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- MOTTA, Elias de Oliveira. **Direito educacional e educação no século XXI: com comentários à nova lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Prefácio de Darcy Ribeiro. Brasília: UNESCO, 1997.
- NUNES, M. **História da Educação em Sergipe.** Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra S/A, 1984.
- SORRENTINO, M. **Desenvolvimento Sustentável e Participação: algumas reflexões em voz alta.** 2.